

DESTAQUE

Quando a balsa se aproxima, ergue-se a Europa

As travessias do mar Mediterrâneo levadas a cabo por imigrantes ilegais não são novidade, estes fluxos são cíclicas ao longo da história. A questão prende-se na atualidade com a resposta que a União Europeia oferece ao problema, enquanto milhares de pessoas chegam às suas costas. *Por João Neves e Camila Vidal*



O mar Mediterrâneo foi palco, em 2014, da travessia de cerca de 220 mil imigrantes. A maioria das pessoas parte em embarcações rudimentares sem quaisquer garantias de segurança. O principal ponto de partida é Trípoli, na Líbia, cidade costeira onde se reúnem populações de vários pontos dos continentes africano e asiático. De acordo com Daniela Nascimento, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), os migrantes provêm de países como “Mali, Eritreia, Gâmbia, Tunísia ou Síria”.

O problema não é recente mas, segundo a investigadora, acentuou-se desde 2011 com o aumento da instabilidade política nos países de origem das populações migrantes. A “Primavera Árabe” agudizou “muitos conflitos internos dos países africanos”, que resultaram em confrontos armados, como é o caso das guerras civis na Líbia ou Síria. O principal país de embarque, a Líbia, “foi inicialmente país de destino final” para muitos migrantes. Porém, é agora ponto de partida, pelo agravar dos conflitos civis, e “continuará provavelmente a sustentar estes fluxos massivos de migrantes para a Europa”, remata Daniela Nascimento. “A crise no Mediterrâneo é de toda a gente” foi o argumento em discussão ontem, 25 de maio, no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV).

Soluções para um problema antigo

São cada vez mais frequentes as notícias de naufrágios no mar Mediterrâneo. Para tentar prevenir estas situações, a União Europeia (UE) canalizou fundos comunitários no sentido de “reforçar a dimensão securitária e controlar os barcos que

procuram chegar a terra”, esclarece Daniela Nascimento. José Manuel Pureza, professor de Relações Internacionais e investigador do CES, acredita que se deve olhar para a solução de um ponto de vista humanitário e “com uma ótica de busca e salvamento, algo que não está a ser feito neste momento”. O professor reforça que se “deve garantir a segurança mínima das pessoas” e sugere uma “medida mais a prazo”, que passa pelo “equacionar do acolhimento destas populações”. Por último, José Manuel Pureza reforça que se deve “passar a encarar estes fluxos migratórios na perspetiva do direito das pessoas à migração e não do ponto de vista do medo da invasão ou destruição de postos de trabalho”.

Daniela Nascimento considera que a solução só pode ser concretizada depois do reconhecimento pleno dos problemas que estão na origem do êxodo - “pobreza, subdesenvolvimento, conflitos violentos e instabilidade política”. Isto “não se combate com mais dinheiro, não se faz de um dia para o outro”.

As medidas apresentadas pelo quadro comunitário para a prevenção deste fenómeno passam, em primeiro lugar, pela monitorização militar, como é o caso do reforço das verbas para a agência de patrulhamento Frontex, e pelo combate às redes de tráfico, que controlam muitas destas travessias. “Os governos europeus têm uma postura defensiva e têm-se mostrado extraordinariamente fechados e cínicos”, refere José Manuel Pureza, que critica a “pequenez das operações montadas para salvar as pessoas de naufragarem”.

O cenário que espera estas pessoas não é o mais favorável. Quando chegam à Europa, “há centros de acolhi-

mento, mas na verdade são centros de detenção”, refere a especialista em populações refugiadas, Lisa Matos. Acrescenta que “há, efetivamente, uma Europa de fortaleza, que privilegia a livre circulação dentro da UE, mas que não facilita a cedência de vistos de trabalho para as outras comunidades”.

Na ótica de José Manuel Pureza, os problemas que existem na UE são olhados com “miopia estratégica”. O professor defende que “a vinda de imigrantes” devia ser vista como “parte da solução e não parte do problema”. Uma política de acolhimento é positiva do “ponto de vista laboral, da Segurança Social, recolha de impostos e interculturalidade” para o país que receba estas comunidades, reforça.

Em Itália, um dos países mais afetados pelos fluxos migratórios, implementou-se uma operação conhecida por “Mare Nostrum”, que pretendia salvar os imigrantes e deter os traficantes. Contudo, o programa foi suspenso por “pressões dos principais países da UE”, critica José Manuel Pureza. De acordo com o professor, essas pressões vieram, “designadamente, do Reino Unido e da Alemanha”. “A Europa, que foi um território de imigração, tem vindo a negar-se a si própria”, remata.

O desespero “dos soldados da vida”

Há que fazer a distinção entre as populações de migrantes que tentam atravessar o Mediterrâneo ilegalmente. De acordo com Lisa Matos, há dois tipos de migrantes: os forçados e os económicos. Os migrantes forçados abandonam os seus países para fugir a conflitos armados ou a repressões políticas, raciais ou religiosas e, por vezes, é-lhes atribuído

o estatuto de refugiados. Por sua vez, os migrantes económicos deixam as terras natais em busca de melhores condições de vida e veem a Europa como a melhor alternativa.

Nas duas esferas de migração, há pessoas a arriscar a vida e, nas palavras de um estudante sírio, que prefere não ser identificado pelo nome, chegam a pagar “cerca de dez mil euros para poderem fazer a travessia do Mediterrâneo”, sem sabermos se alguma vez mais verão terra firme.

Apesar de não se incluir entre os migrantes que atravessam de barco o Mediterrâneo, o estudante abandonou o país quando os conflitos armados já estavam a assolar a sua cidade natal, porque “já não havia lá futuro”. Antes da guerra, a vida na Síria “era boa” e as populações viviam sem repressão. “Não era um país totalmente democrático mas havia paz”, sustenta o estudante. “Vivia numa cidade controlada pelo governo, não pelos rebeldes, mas as condições não eram as melhores: não havia água nem luz”, remata. Como este estudante, milhões de pessoas abandonaram a Síria em busca de paz e de melhores condições de vida. De acordo com José Manuel Pureza, a Turquia, o Líbano e a Jordânia “acolhem, neste momento, 3,6 milhões de pessoas fugidas da guerra na Síria”.

“Soldados da vida”. É assim que o dirigente da SOS Racismo, o senegalês Mamadou Ba, chama a quem faz a travessia. “Eles estão a procurar a Europa para viverem melhor” e “se a Europa acha que as pessoas não podem aspirar a isso, os próprios alicerces do regime estão violentados”. O dirigente considera que a justificação para uma “apatia social e cultural” em relação à crise no Mediterrâneo está no racismo: “as sociedades europeias olham para os outros como

não humanos”. O senegalês aponta a “relação colonial” que a Europa tem com outros países, porque “ainda não fez a sua catarse histórica”.

Para Mamadou Ba, “não haverá nenhum arame farpado, nenhum muro, nenhum bombardeamento ou política militar que estanque o desejo que as pessoas têm de viver”.

O caso português

Portugal não faz parte das principais rotas de migração. Ainda assim, o país acolhe, todos os anos, algumas centenas de migrantes com o estatuto de refugiado. O Conselho Português para os Refugiados (CPR) trabalha em colaboração direta com o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, o português António Guterres.

Com o novo sistema de redistribuição de refugiados, proposto pela Comissão Europeia, Portugal poderá vir a receber 704 pessoas. Lisa Matos considera que esta quota é apropriada e um número “completável” para Portugal. Esta medida pretende tirar pressão de países como a Alemanha ou a Suécia, que recebem por ano dezenas de milhares de pedidos de asilo. Em Portugal o número de solicitações deste tipo em 2014 foi 440, um valor “irrisório”, segundo a especialista, quando em Espanha é de 5600.

José Manuel Pureza critica a postura do ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, que afirmou a 18 de maio, à saída da reunião conjunta de chefes da diplomacia e de ministros da defesa da UE em Bruxelas, ser “um esforço muito grande” para Portugal acolher os 704 refugiados. Para o professor, esta atitude reflete “o espírito com que o governo e a UE equacionam este problema.”

“As sociedades europeias olham para os outros como não humanos”

MAMADOU BA, DIRIGENTE DA SOS RACISMO

POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO PELO MUNDO

O problema da migração ilegal não é exclusivo do mar Mediterrâneo ou da Europa e há, pelo mundo fora, inúmeros casos de pessoas que põem a vida em risco para tentar encontrar melhores condições de vida. Os Estados Unidos da América (EUA), pelas condições sociais e económicas, atraem, por ano, milhares de emigrantes vindos de todo o mundo. Uma grande parte deles submete-se a situações semelhantes às do Mediterrâneo: viajam em embarcações inseguras desde Cuba e atravessam o Golfo do México em direção aos estados do sudeste dos EUA, como a Flórida. Lisa Matos, especialista em populações refugiadas, explica que os migrantes cubanos “têm uma relação privilegiada com os EUA”. Os cidadãos cubanos que deem à costa norte-americana gozam de “um processo de cidadania muito mais rápido e fácil do que qualquer outro imigrante”, acrescenta a especialista.

Há outra rota privilegiada pelos migrantes da América Central: a fronteira sul do país pela facilidade de acesso. De acordo com Lisa Matos, as populações saem “principalmente da Guatemala, El Salvador e Honduras” e atravessam os desertos dos estados do sul como o Texas, Arizona ou Novo México. Este trajeto também é perigoso e o número de mortos está a aumentar, defende a especialista. As medidas de prevenção dos EUA passam por controlar as fronteiras e deportar qualquer cidadão que seja detido a fazer a travessia. Quando os migrantes chegam a solo norte-americano “entregam-se de imediato às autoridades para serem acolhidos e integrados” nos EUA, argumenta Lisa Matos. Nesta travessia, a “ideia geral é que todos os migrantes procuram uma vida melhor”, sustenta a especialista. No entanto, Lisa Matos cita um estudo que fez quando trabalhou nos EUA, para defender que a maioria das populações imigra “para fugir de violência entre gangues nos países da América Central”.

Do outro lado do planeta, a Austrália também combate um problema de migração ilegal. Desde 2009, o país interceitou cerca de 50 mil pessoas que procuravam asilo. De acordo com Jared Owens, jornalista do periódico australiano The Australian, o jornal mais vendido no país insular, a maior parte dos imigrantes é originário do Afeganistão, Paquistão, Sri Lanka e Iraque, mas embarca na Indonésia, em direção à Ilha Natal, um território australiano a 350 quilómetros de Java. Em 2013, o governo australiano tentou combater o problema ao deixar de acolher qualquer migrante e enviando de volta qualquer embarcação ilegal. Isto fez com que o número de migrantes “baixasse instantaneamente”, refere Jared Owens. Contudo, o jornalista sustenta que as organizações de proteção de refugiados defendem que “para e enviar os barcos de volta não fez com que as mortes parassem”. Em vez disso, “só fez com que as rotas se alterassem” e deixassem de incluir a Austrália.